

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 156/2023

PROCESSO Nº 16369-186-23

PARECER Nº 127/2023

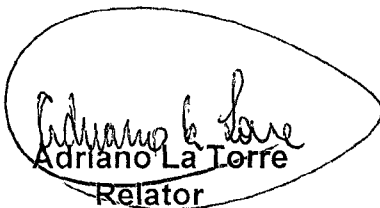
O presente Projeto de Lei Complementar de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, (Altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº 17, de 16/02/2007 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Rio Claro e dá outras providências).

A **COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA**, entende que o Projeto de Lei Complementar nº 156/2023, está apto para ser apreciado pelo Plenário, devendo o mesmo ser analisado pelas demais Comissões competentes.

Analisando o Parecer Jurídico da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, opinamos pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei Complementar em apreço, seguindo os votos dos membros abaixo.

Rio Claro, 27 de outubro de 2023.

  
Sivaldo Rodrigues de Oliveira  
Presidente

  
Adriano La Torre  
Relator

Vagner Aparecido Baungartner  
Membro

30/07/2023 18:22

CÂMARA SECRETARIA

51

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 156/2023

PROCESSO Nº 16369-186-23


PARECER Nº 141/2023

O presente Projeto de Lei Complementar de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, (Altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº 17, de 16/02/2007 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Rio Claro e dá outras providências).

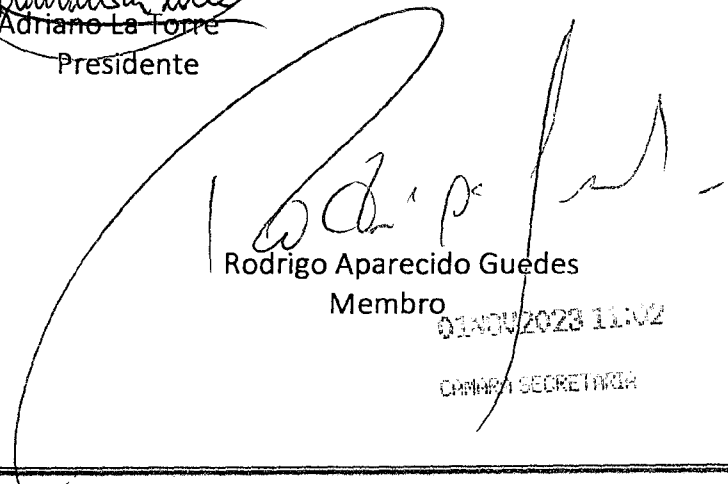
A **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS**, entende que o Projeto de Lei Complementar nº 156/2023, está apto para ser apreciado pelo Plenário.

Analizando o Parecer Jurídico da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, opinamos pela aprovação do referido Projeto de Lei Complementar em apreço, seguindo os votos dos membros abaixo.

Rio Claro, 01 de novembro de 2023.

  
Adriano La Torre  
Presidente

  
Geraldo Luís de Moraes  
Relator

  
Rodrigo Aparecido Guedes  
Membro

01/NOV/2023 11:02

CÂMARA SECRETARIA

# **Câmara Municipal de Rio Claro**

Estado de São Paulo

## **PROJETO DE LEI Nº 055/2023**

**“Institui o “Dia Municipal de Conscientização sobre os Riscos do Aborto”.**

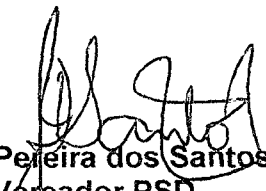
Art. 1º - Fica instituído no Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas de Rio Claro – SP O DIA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO sobre os Riscos do Aborto a ser realizada anualmente no dia 08 de outubro de cada ano.

Art. 2º - Na data da comemoração, o Município poderá por sua Secretária de Saúde, efetuar a divulgação do evento, e promover palestras, seminários, reuniões e demais atividades nas escolas, associações de pais e professores e entidades municipais, alusivas à data.

Parágrafo Único – Os palestrantes serão selecionados criteriosamente e convidados, registrando-se como relevante seu trabalho voluntário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro, 03 de abril de 2023.



**José Pereira dos Santos**  
Vereador PSD

**Presidente da Câmara Municipal de Rio Claro**

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## JUSTIFICATIVA

A proposta de um Dia Municipal de Conscientização sobre os Riscos do Aborto tem o objetivo, ainda de conscientizar a sociedade a respeito das graves consequências das práticas do aborto induzidos para a saúde física e mental feminina, que são brevemente resumidas abaixo com base em evidências científicas.

Diversos estudos têm demonstrado a existência de uma correlação entre o aborto provocado e uma série de complicações físicas, tais como hemorragias, infecções e lesões uterinas, infertilidade, gravidez ectópica, partos prematuros posteriores etc. (FRANTZ, 2018). Todavia, além das consequências imediatas, a interrupção provocada da gravidez impede o desenvolvimento e a conclusão natural de processos fisiológicos, com consequências a médio e longo prazo (CERQUEIRA, 2009). Entre elas, a mais grave é o aumento da incidência do câncer de mama, que tem sido documentada em vários estudos ao longo dos anos, como por exemplo, Lanfranchi (2013), JL et al. (2012) e Carrol (2007).

Além das consequências físicas, sofrer um aborto provocado deixa sequelas importantes na psique feminina, que levam, por sua vez, a comportamentos de risco e outros problemas de saúde. Entre as diversas análises realizadas, destaca-se um metaestudo publicado no conceituado British Journal of Psychiatry, que selecionou 22 (vinte e dois) estudos abrangendo 877.181 participantes (FRANTZ, 2018), e que revelou aumento de risco de diversos tipos para a saúde mental após um aborto induzido. O aumento do risco para cada complicação, no caso de abortos provocados, foi calculado da seguinte forma: transtornos de ansiedade 34%, depressão 37%, abuso de álcool 110%, abuso de maconha 220%, comportamentos suicidas 155% (Coleman, 2011).

A pesquisa foi liderada pelo médico Dr. Gregory Pike, do Adelaide Centre for Bioethics and Culture, que resultou da obtenção dos seguintes dados, conforme o resumo disponível do website da organização:

- a) As mulheres têm mais probabilidade de morrer após um aborto em comparação a dar à luz.
- b) O suicídio é cerca de seis vezes maior após uma mulher fazer um aborto do que após dar à luz ao seu bebê.
- c) O aborto está associado a taxas significativamente maiores de morte para as mulheres até dez anos após o primeiro procedimento, em comparação a mulheres que dão à luz.
- d) As mulheres que abortam se veem expostas a uma "dor significativa" três anos depois do aborto, assim como a 30% de aumento do risco de depressão e 25% de risco de maior ansiedade.
- e) As mulheres que tiveram abortos frequente, experimentaram desordens de saúde mental 30% a mais em comparação a mulheres que não tiveram um aborto.
- f) As mulheres que se submeteram a abortos também experimentam, com frequência depressão, ansiedade e desordem de estresse pós-traumático em gestações seguintes (SOCIETY, 2018).

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

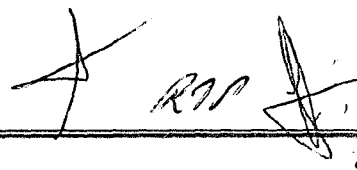
PARECER JURÍDICO Nº 55/2023 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 55/2023 -  
PROCESSO Nº 16251-068-23.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 55/2023, de autoria do nobre Vereador José Pereira dos Santos, que institui no Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Município de Rio Claro o DIA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO sobre os Riscos do Aborto, a ser realizada anualmente no dia 08 de outubro de cada ano.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é atribuição dos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Handwritten signature and initials, possibly "RPP", in black ink.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Não obstante, trata-se de competência do Município complementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

No caso em apreço, o projeto de lei ora analisado institui no Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Município de Rio Claro o DIA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO sobre os Riscos do Aborto, a ser realizado anualmente no dia 08 de outubro de cada ano.

Todavia, considerando que o artigo 46, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro, estabelece que compete privativamente ao Senhor Prefeito Municipal a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das secretarias municipais e órgãos da administração pública, sugerimos a apresentação da emenda abaixo descrita:

## *Emenda Modificativa*

*O artigo 2º do Projeto de Lei nº 55/2023 passará a ter a seguinte redação:*

*“Artigo 2º - A data a que se refere o artigo 1º será realizada anualmente com reuniões, palestras, seminários ou outros meios de divulgação”.*

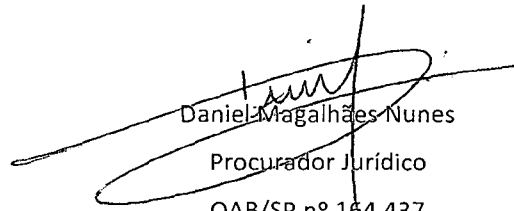
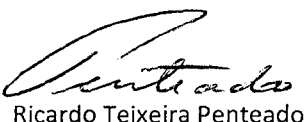
*[Assinatura]* *R1P* *[Assinatura]*

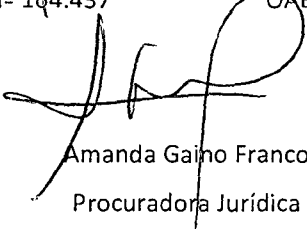
# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de **legalidade, com a ressalva acima mencionada.**

Rio Claro, 12 de abril de 2023.

	
Daniel Magalhães Nunes	Ricardo Teixeira Penteado
Procurador Jurídico	Procurador Jurídico
OAB/SP nº 164.437	OAB/SP nº 139.624

  
Amanda Gaino Franco  
Procuradora Jurídica  
OAB/SP nº 284.357

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 055/2023

PROCESSO Nº 16251-068-23

PARECER Nº 055/2023

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Vereador, **JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS**, Institui o “Dia Municipal de Conscientização sobre os Riscos do Aborto”.

A **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**, entende que o Projeto de Lei nº 055/2023, está apto para ser apreciado pelo Plenário, devendo o mesmo ser analisado pelas demais Comissões competentes.

Analizando o Parecer Jurídico da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, opinamos pela **LEGALIDADE** do referido Projeto de Lei em apreço, seguindo os votos dos membros abaixo.

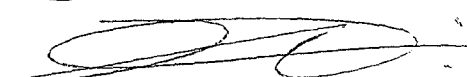
Rio Claro, 17 de abril de 2023.



Pr. Diego Garcia Gonzalez  
Presidente



Adriano La Torre  
Relator



Dermeval Nevoeiro Demarchi  
Membro



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 055/2023

PROCESSO Nº 16251-068-23

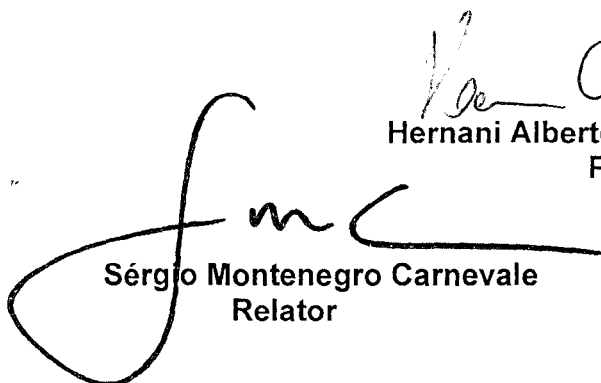
PARECER Nº 090/2023

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Vereador, **JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS**, Institui o “Dia Municipal de Conscientização sobre os Riscos do Aborto”.

A **COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, entende que o Projeto de Lei nº 055/2023, está apto para ser apreciado pelo Plenário, devendo o mesmo ser analisado pelas demais Comissões competentes.

Analizando o Parecer Jurídico da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, opinamos pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei em apreço, seguindo os votos dos membros abaixo.

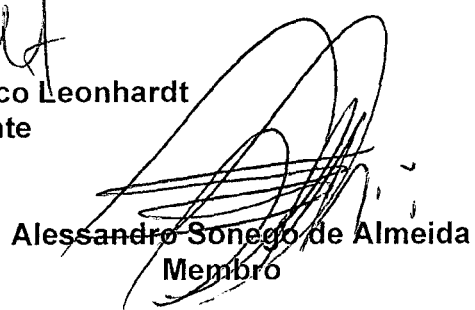
Rio Claro, 10 de maio de 2023.



Sérgio Montenegro Carnevale  
Relator



Hernani Alberto Mônaco Leonhardt  
Presidente



Alessandro Sonego de Almeida  
Membro

CÂMARA SECRETARIA

03JUL2023 13:04

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 055/2023

PROCESSO Nº 16251-068-23

PARECER Nº 109/2023

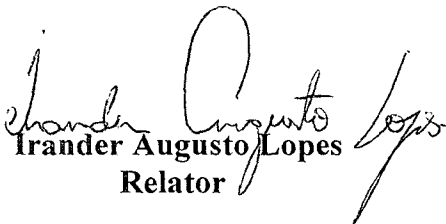
O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Vereador, **JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS**, Institui o “Dia Municipal de Conscientização sobre os Riscos do Aborto”.

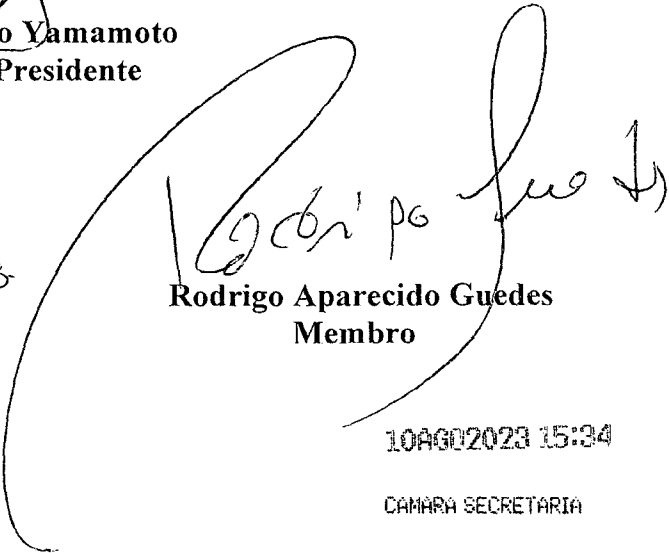
A **COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, entende que o Projeto de Lei nº 055/2023, está apto para ser apreciado pelo Plenário, devendo o mesmo ser analisado pelas demais Comissões competentes.

Analizando o Parecer Jurídico da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, opinamos pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei em apreço, seguindo os votos dos membros abaixo.

Rio Claro, 03 de agosto de 2023.

  
**Thiago Yamamoto**  
Presidente

  
**Irander Augusto Lopes**  
Relator

  
**Rodrigo Aparecido Guedes**  
Membro

10AGO2023 15:34

CÂMARA SECRETARIA

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

PROJETO DE LEI Nº 055/2023

PROCESSO Nº 16251-068-23

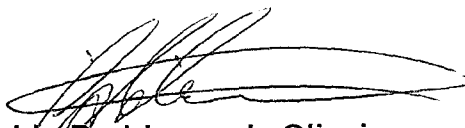
PARECER Nº 110/2023

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Vereador, **JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS**, Institui o “Dia Municipal de Conscientização sobre os Riscos do Aborto”.

A **COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, entende que o Projeto de Lei nº 055/2023, está apto para ser apreciado pelo Plenário, devendo o mesmo ser analisado pelas demais Comissões competentes.

Analisando o Parecer Jurídico da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, opinamos pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei em apreço, seguindo os votos dos membros abaixo.

Rio Claro, 30 de agosto de 2023.



Sivaldo Rodrigues de Oliveira  
Presidente



Adriano La Torre  
Relator



Vagner Aparecido Baungartner  
Membro

21SET2023 08:38  
CÂMARA SECRETARIA

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

PROJETO DE LEI Nº 055/2023

PROCESSO Nº 16251-068-23

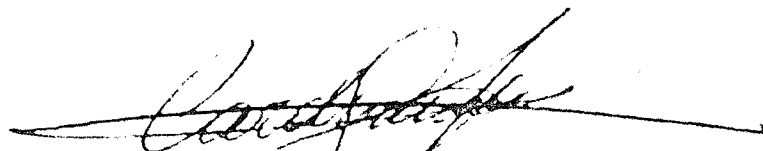
PARECER Nº 004/2023

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Vereador, **JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS**, Institui o “Dia Municipal de Conscientização sobre os Riscos do Aborto”.

A **COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER**, entende que o Projeto de Lei nº 055/2023, está apto para ser apreciado pelo Plenário, devendo o mesmo ser analisado pelas demais Comissões competentes.

Analisando o Parecer Jurídico da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, opinamos pela aprovação do referido Projeto de Lei em apreço, seguindo os votos dos membros abaixo.

Rio Claro, 22 de setembro de 2023.



Caroline Gomes Ferreira de Mello  
Presidente

Geraldo Luís de Moraes  
Relator



Paulo Marcos Guedes  
Membro

01/NOV/2023 08:54  
CÂMARA SECRETARIA

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PROJETO DE LEI Nº 055/2023

PROCESSO Nº 16251-068-23

PARECER Nº 009/2023

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Vereador, JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS, Institui o "Dia Municipal de Conscientização sobre os Riscos do Aborto".

A Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, entende que o Projeto de Lei nº 055/2023, está apto para ser apreciado pelo Plenário, devendo o mesmo ser analisado pelas demais Comissões competentes.

Analizando o Parecer Jurídico da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, opinamos pela aprovação do referido Projeto de Lei em apreço, seguindo os votos dos membros abaixo.

Rio Claro, 01 de novembro de 2023.



Sérgio Montenegro Carnevale  
Presidente



Thiago Yamamoto  
Relator

Luciano Feitosa de Melo  
Membro

055/2023 0009

CÂMARA SECRETARIA

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 055/2023

PROCESSO Nº 16251-068-23

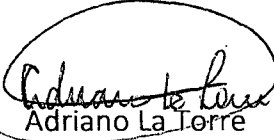
PARECER Nº 142/2023

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Vereador, JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS, Institui o “Dia Municipal de Conscientização sobre os Riscos do Aborto”.

A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS, entende que o Projeto de Lei nº 055/2023, está apto para ser apreciado pelo Plenário.

Analisando o Parecer Jurídico da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, opinamos pela aprovação do referido Projeto de Lei em apreço, seguindo os votos dos membros abaixo.

Rio Claro, 06 de novembro de 2023.

  
Adriano La Torre  
Presidente

  
Geraldo Luís de Moraes  
Relator

Rodrigo Aparecido Guedes  
Membro

05 NOV 2023 18:01

CÂMARA SECRETARIA

# **Câmara Municipal de Rio Claro**

Estado de São Paulo


## **EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 55/2023**

**Emenda do Vereador José Pereira dos Santos ao Projeto de Lei que dispõe sobre o Dia Municipal de Conscientização sobre os Riscos do Aborto.**

Altera o artigo 2º, do referido Projeto de Lei, conforme segue:

“Artigo 2º - A data a que se refere o artigo 1º será realizada anualmente com reuniões, palestras, seminários ou outros meios de divulgação”.

Rio Claro, 17 de Abril de 2023.

  
**José Pereira dos Santos**  
**Presidente Câmara Municipal de Rio Claro**

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 167/2023

**Considera o “Escotismo” como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Rio Claro.**

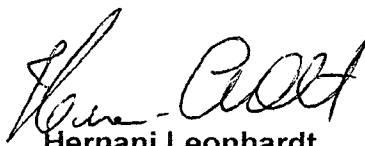
**Art. 1º** - Fica o “Escotismo” considerado como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Rio Claro.

**Parágrafo único** – São características do Escotismo, abrangidas por esta Lei:

- I – a utilização do uniforme tradicional ou vestuário;
- II – o exercício da cidadania;
- III – a defesa humanitária;
- IV – a realização de campanhas sociais e envolvimento comunitário;
- V – as ações de defesa ecológica;
- VI – a utilização do método de autoeducação para autonomia e desenvolvimento pessoal.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro, 06 de novembro de 2023



Hernani Leonhardt

Vereador

2º Secretário da Mesa Diretora  
Ouvidor-Geral da Câmara Municipal  
Líder do MDB



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO Nº 167/2023 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº  
167/2023 - PROCESSO Nº 16382-199-23.

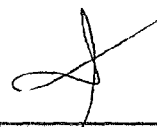

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 167/2023, de autoria do Nobre Vereador Hernani Leonhardt, que considera o "Escotismo" como Patrimônio Cultural e Imaterial do município de Rio Claro.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é atribuição dos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

67

 R.1P 

# Câmara Municipal de Rio Claro

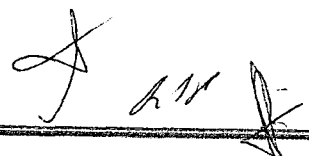
Estado de São Paulo

Não obstante, trata-se de competência do Município complementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

A Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, estabeleceu que o patrimônio cultural brasileiro é composto de bens de natureza material e imaterial, incluídos aí os modos de criar, fazer e viver dos grupos formadores da sociedade brasileira. Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas e nos lugares, tais como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas.

Essa definição está em consonância com a Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ratificada pelo Brasil em 1º de março de 2006, que define como patrimônio imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”.



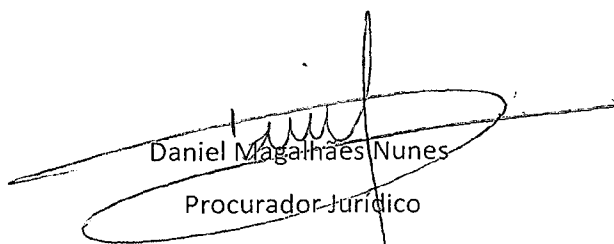
# Câmara Municipal de Rio Claro

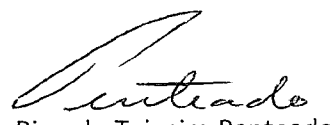
Estado de São Paulo

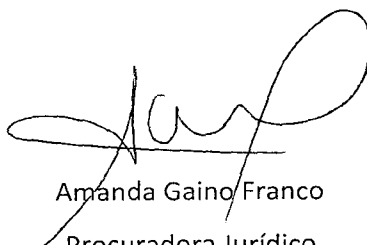
No caso em apreço, o Projeto de Lei ora analisado institui no Município de Rio Claro o Escotismo como Patrimônio Cultural e Imaterial, devido suas características e utilização de uniforme e das campanhas realizadas com envolvimento comunitário.

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de **legalidade**.

Rio Claro, 07 de novembro de 2023.

  
Daniel Magalhães Nunes  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 164.437

  
Ricardo Teixeira Penteado  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 139.624

  
Amanda Gaino Franco  
Procuradora Jurídico  
OAB/SP nº 284.357

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo


## PARECER COMISSÃO CONJUNTA

### PROJETO DE LEI Nº 167/2023

O presente Projeto de Lei, de autoria do Vereador Hernani Alberto Monaco Leonhardt - Considera o "Escotismo" como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Rio Claro.

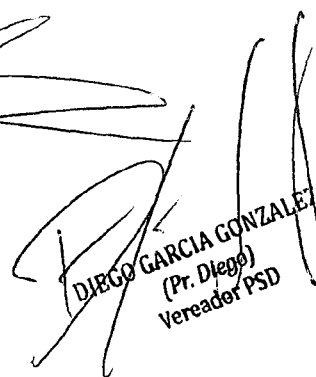
Esta Comissão Conjunta opina pela aprovação da referida matéria.

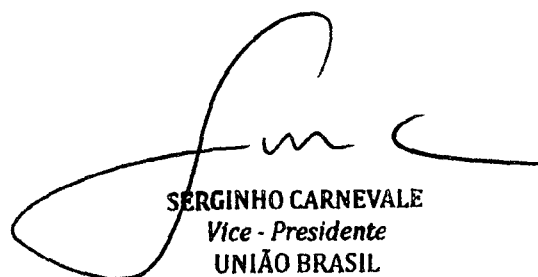
Rio Claro, 06 de novembro de 2023.

  
ADRIANO LA TORRE  
Vereador  
1º Secretário

  
ALESSANDRO ALMEIDA  
Vereador

  
SIVALDO FAÍSCA  
Vereador União Brasil

  
DIEGO GARCIA GONZALEZ  
(Pr. Diego)  
Vereador PSD

  
SERGINHO CARNEVALE  
Vice - Presidente  
UNIÃO BRASIL

  
Hernani Leonhardt  
Vereador  
MDB

# **Câmara Municipal de Rio Claro**

Estado de São Paulo

## **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 018/2023**

**Confere o Título de Cidadão Rio-Clarense ao Senhor BISPO SAMUEL CÁSSIO FERREIRA, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Claro.**

Artigo 1º - Fica conferido o Título de Cidadão Rio-Clarense ao Senhor BISPO SAMUEL CÁSSIO FERREIRA, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Claro\SP.

Artigo 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro, 31 de outubro de 2023.



**LUCIANO FEITOSA DE MELO**

**LUCIANO BONSUCESSO**

**VEREADOR LÍDER DO PL**

Bispo Samuel Ferreira é natural de Garça, interior de São Paulo, Bacharel em Direito pela UNIP. Sua formação teológica iniciou-se pelo IBAD (Instituto Bíblico da Assembleia de Deus), posteriormente se formou como bacharel, mestre e doutor em teologia.

O Bispo é Presidente da Assembleia de Deus no Brás (SP) e também Presidente da CONEMAD-SP (Convenção Estadual das Assembleias de Deus – São Paulo), Presidente Executivo da CONAMAD (Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil – Ministério de Madureira), Presidente da Junta Conciliadora do Estado de São Paulo, e diretor Executivo da Editora Betel, com sede na capital do Rio de Janeiro e filiais em Campinas, São Paulo e Goiânia (GO).

Casado há mais vinte anos com a Bispa Keila Ferreira, é pai de Manoel Ferreira Netto, hoje pastor da Assembleia de Deus em Campinas e da evangelista Marinna Ferreira, líder da Frente Jovem do CORAFESP e integrante do ministério de louvor Brás Adoração.

É autor de livros, como: 'Os três grandes conselhos', 'Como superar a Crise de Esperança no Mundo' e 'Inveja, a síndrome do Punhal'.

A Assembleia de Deus é a maior denominação pentecostal do País – estima-se que tenha 15 milhões de adeptos, cerca de metade dos protestantes brasileiros –, historicamente ela foi caracterizada pela postura austera e tradicional.

Em 2006 ao assumir a Assembleia de Deus no Brás, Bispo Samuel Ferreira de imediato implantou o plano de crescimento, sendo um dos responsáveis por uma grande mudança de mentalidade e costumes na estrutura da Assembleia de Deus.

## DECLARAÇÃO

Eu, Bispo **SAMUEL CÁSSIO FERREIRA**, portador do RG. Nº. 21.217.848-9-SSP/SP e CPF (MF) nº. 081.043.088-66, **DECLARO** que é com grande honra que **ACEITO** a homenagem de outorga de “Título de Cidadão Rio-Clarense”, proposta pela Câmara Municipal de Rio Claro, Estado de São Paulo, através da iniciativa do Vereador Luciano Feitosa de Melo – Luciano Bonsucesso, pelos relevantes serviços prestados à comunidade Rio-Clarense. Sendo assim, **autorizo** o Vereador a me conceder o título de Cidadão Rio-Clarense, razão pela qual firmo a presente declaração.

Rio Claro/SP, 16 de outubro de 2023.



**BISPO SAMUEL CÁSSIO FERREIRA**

**RG. nº. 21.217.848-9-SSP/SP**

**CPF. nº. 081.043.088-66**

# Câmara Municipal de Rio Claro



Estado de São Paulo

## PARECER JURÍDICO REFERENTE AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 018/2023 – PROCESSO nº 16383-200-23.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria emite Parecer Jurídico a respeito do Projeto de Decreto Legislativo nº 18/2023, de autoria do nobre Vereador Luciano Feitosa de Melo, que confere o Título de Cidadão Rio Clarenses ao Senhor Bispo Samuel Cássio Ferreira, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Claro.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é atribuição dos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, ressaltamos o seguinte:

 216   
74



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

O Projeto de Decreto Legislativo em questão encontra amparo legal por estar previsto no artigo 213 da Resolução nº 244, de 16 de novembro de 2006 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro), que assim dispõe sobre a concessão dos títulos honoríficos:

*“Artigo 213 – São títulos honoríficos:*

*I – Cidadão Rio-clarense;*



*II – Cidadão Emérito;*

*III – Medalha de Honra ao mérito”*

Portanto, o pleito em referência encontra amparo legal no artigo 213, do Regimento Interno desta Edilidade.

Cabe ressaltar, que de acordo com o artigo 214 do Regimento Interno, o projeto só será admitido se estiver instruído com a Biografia e a Anuência de quem se pretende homenagear, de acordo com a redação dada pela Resolução nº 246/2007.

Assim sendo, verificamos que foram apresentados pelo autor a Biografia e a Anuência do homenageado.

 278   
75

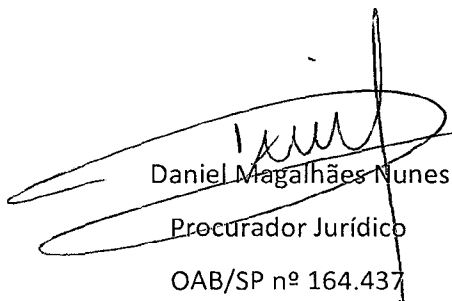
# Câmara Municipal de Rio Claro

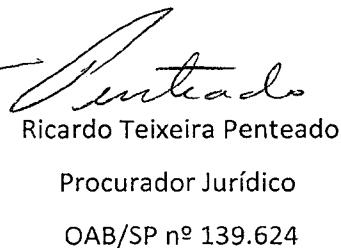
Estado de São Paulo

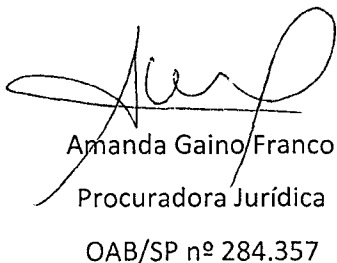
Finalmente, salientamos que, nos termos do artigo 213, parágrafo 2º, do Regimento Interno desta Edilidade, cada Vereador poderá outorgar anualmente somente um (01) título para cada um dos tipos especificados nos incisos I e II.

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Decreto Legislativo em apreço se reveste de **legalidade**.

Rio Claro, 07 de novembro de 2023.

  
Daniel Magalhães Nunes  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 164.437

  
Ricardo Teixeira Pentead  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 139.624

  
Amanda Gaino Franco  
Procuradora Jurídica  
OAB/SP nº 284.357

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PARECER COMISSÃO CONJUNTA

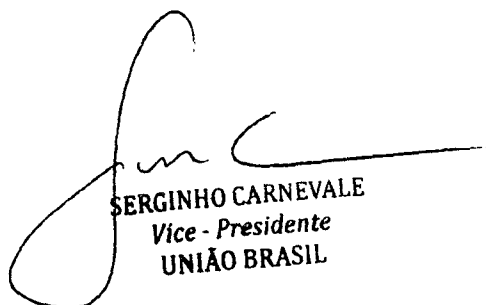
### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 018/2023

O presente Projeto de Lei, de autoria do Vereador Luciano Feitosa de Melo - Confere o Título de Cidadão Rio-Clarense ao Senhor BISPO SAMUEL CÁSSIO FERREIRA, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Claro.

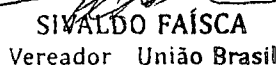
Esta Comissão Conjunta opina pela aprovação da referida matéria.

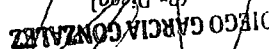
Rio Claro, 06 de novembro de 2023.

  
LUCIANO LA TORRE  
Vereador  
1º Secretário

  
SERGINHO CARNEVALE  
Vice - Presidente  
UNIÃO BRASIL

  
ALESSANDRO ALMEIDA  
Vereador

  
SIVALDO FAÍSCA  
Vereador União Brasil

  
DIEGO GARCIA GONZALEZ  
(Pr. Diego)  
Vereador PSD

  
CAROL GOMES  
Vereadora  
Líder  
Cidadania

  
Hernani Leonhardt  
Vereador  
MDB